



Observatório  
do Clima

# O que esperamos da COP29

**BAKU, 8 DE NOVEMBRO DE 2024**

No dia 11 de novembro terá início em Baku, Azerbaijão, a 29ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (UNFCCC). A COP29 vem sendo minimizada por se tratar de um encontro supostamente técnico numa petroditadura, e esvaziada de líderes globais importantes, especialmente após o resultado catastrófico da eleição dos Estados Unidos. Lula não vai, Joe Biden tampouco, Olaf Scholz e Ursula von der Leyen também não. Mas ela pode ser descrita, sem exagero, como uma das conferências mais importantes desde a adoção do Acordo de Paris, em 2015. Isso porque em Baku deveria ser definido o que fazer com a mola-mestra de toda ação climática: o dinheiro.

A reunião de 196 países na autocracia da Ásia Central precisa aprovar a chamada NCQG, sigla em inglês para Nova Meta Quantificada Coletiva. É o montante que os países desenvolvidos precisam levantar a partir do ano que vem para financiar o combate e a adaptação à crise climática nos países em desenvolvimento, que foram menos responsáveis pelo aquecimento global observado hoje mas que, além de serem atualmente os maiores emissores de carbono, são também as principais vítimas de eventos climáticos extremos.

Em 2015, em Paris, ficou combinado que as nações ricas dariam US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020 para financiar a ação climática no resto do mundo e que esse montante seria o piso para uma nova meta global de financiamento climático que passaria a vigorar a partir de 2025. O dinheiro nunca veio todo (embora a OCDE jure de pé junto que inteirou os US\$ 100 bi a partir de 2022) e a maior parte dele foi emprestada e não doada. A NCQG precisa corrigir as falhas da meta de 100 bi e aumentar  *muito*  a quantidade de recursos – só para implementar parte dos planos climáticos existentes os países em desenvolvimento precisariam de pelo menos US\$ 5 trilhões até 2030. Não será fácil.

Primeiro, porque **a geopolítica está jogando contra**: A COP29 acontece num cenário de aumento de conflitos armados no mundo, o que reduz o apetite pela cooperação internacional. Além das guerras na Ucrânia, no Sudão e em Gaza, agora Líbano e Irã também foram envolvidos nos embates com Israel. O

Azerbaijão, portanto, será a primeira sede de COP com dois conflitos armados em sua fronteira: Irã ao sul e Nagorno-Karabakh a sudoeste, região em disputa com a Armênia. A ascensão da extrema-direita na Europa, a provável dissolução do governo alemão e o recente estremecimento das relações entre Canadá e Índia engrossam o caldo desfavorável.

**E aí tivemos Donald Trump.** O republicano já prometeu que voltaria a tirar os EUA do Acordo de Paris, o que sempre levanta o fantasma de outras defecções de nações autoritárias na sequência. Além disso, cortará na primeira oportunidade todo o (pouco) financiamento climático pago por seu país, o que de saída impede a COP29 de dar uma solução satisfatória para o principal assunto em pauta: de quanto dinheiro estamos falando.

O **quantum da NCQG**, como é chamado, tem as estimativas mais diversas. Na versão mais recente do texto de negociação, o quantum vai de "mais de US\$ 100 bilhões por ano" a US\$ 2 trilhões por ano. A dívida climática dos países ricos, estimada em US\$ 192 trilhões até 2050, ou R\$ 6,2 trilhões por ano. Os países ricos alegam não ter essa grana na conta e dizem que só mobilizando capital privado (e empréstimos) será possível pingar algo muito maior que US\$ 100 bilhões na mesa.

O outro problema, que tem relação direta com o anterior, é a chamada **base de doadores**: quem deve contribuir? Se no quantum a demanda é dos países pobres para os ricos, aqui o jogo se inverte: os países desenvolvidos afirmam que o mundo mudou desde os anos 1990, quando a Convenção do Clima foi criada, e agora países como Coreia do Sul, China e árabes, isentos de responsabilidade financeira lá atrás por seu status, não podem mais ser considerados "pobres". Portanto, precisam abrir a bolsa se quiserem que eles, ricos, ponham dinheiro na mesa. O G77, bloco das nações em desenvolvimento, obviamente discorda. Esse impasse da *diferenciação* entre os países, o mais antigo da UNFCCC, tende a causar choro e ranger de dentes em Baku.

Mas nem só de dinheiro vive a "COP das Finanças", como vem sendo chamada a COP29. Espera-se que em Baku sejam finalmente concluídas as negociações da regulamentação dos mercados globais de carbono (o muito falado e pouco compreendido Artigo 6 do Acordo de Paris). O presidente da COP, Muktar Babayev, disse que finalizar o Artigo 6 é ponto de honra de sua presidência.

Também serão negociados detalhes da Meta Global de Adaptação, acordada em 2023 em Dubai, cujos indicadores precisam ser finalizados no ano que vem em Belém do Pará na COP30. As negociações acontecem no bojo do Programa de Trabalho UAE-Belém. Baku precisa, ainda, avançar para tornar operacional o Fundo de Resposta a Perdas e Danos, acordado em 2022 no Egito e criado no ano passado em Dubai na COP28.

E, claro, a assombrar Baku também está a mãe de todos os elefantes na sala: onde mesmo nessa negociação os países vão tratar da *causa da crise do clima*? No ano passado, em Dubai, foi concluído o Balanço Global do Acordo de Paris, o GST, que deveria orientar o aumento da ambição dos planos climáticos nacionais (as NDCs) de modo a alinhá-los com a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C.

No mesmo documento foi acordada a necessidade de "eliminar gradualmente (*transition away from*) os combustíveis fósseis nos sistemas energéticos" de forma ordenada e justa, em linha com a ciência e começando nesta década. Desde então, o mundo está fingindo que não assinou nada – alguns países inclusive se mostraram arrependidos e tentam torpedear a linguagem de Dubai, vetando menções a combustíveis fósseis nas declarações ministeriais do G20 neste ano, por exemplo.

A COP do Azerbaijão precisa encaminhar as orientações do GST, já que será a última reunião multilateral antes do prazo final (fevereiro do ano que vem) para a apresentação das novas NDCs, que devem valer até 2035. O Brasil, juntamente com os Emirados Árabes Unidos e o Azerbaijão, formou uma "troika" de presidências de COP para fazer lobby por maior ambição nas novas NDCs, mas esse processo não faz parte da agenda formal das negociações.

Neste documento, o OC lista suas expectativas para a COP. Elas estão alinhadas com as demandas do movimento ambientalista internacional, representado pela Climate Action Network, rede de 1.800 ONGs da qual fazemos parte. Falamos, ainda, de preocupações do movimento ambientalista em relação à presidência azeri, ao espaço cívico e à segurança dos participantes da COP.

Também enumeramos nossas expectativas para o papel do Brasil enquanto negociador, bem como o que esperamos que o país faça domesticamente que pode se refletir na sua atuação na UNFCCC.

## **O que Baku precisa entregar:**

O Observatório do Clima espera que a COP29 entregue progresso real nos seguintes aspectos:

### **1. NCQG**

Baku precisa finalizar as negociações de uma NCQG que seja adequada ao propósito de permitir avançar na implementação do Acordo de Paris, que seja justa e reflita as responsabilidades comuns, mas diferenciadas e a equidade. A nova meta de financiamento poderá ser considerada um sucesso se:

- For baseada em um *quantum* de pelo menos US\$ 1 trilhão ao ano em subvenções ou o equivalente a subvenções, não em empréstimos. O núcleo da meta precisa ser de financiamento público, fluindo dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, com camadas externas de mobilização de capital.
- O *quantum* cobrir mitigação, adaptação e perdas e danos.
- Os recursos forem adicionais, previsíveis e de fácil acesso para os países e comunidades mais necessitados. A NCQG precisa, também, reconhecer os direitos humanos, de povos e comunidades tradicionais e a equidade de gênero e raça.
- Evitar o aumento do endividamento externo dos países em desenvolvimento e reduzir custos de capital para investimentos em mitigação e adaptação.

- Trazer um chamado aos países desenvolvidos para levantar os trilhões de dólares necessários ao combate à crise do clima por meio de medidas de justiça tributária e redirecionamento de subsídios, tais como:
  - Introduzir taxas aos poluidores para garantir que os custos da crise climática sejam internalizados pelos setores que a causam;
  - Introduzir taxações sobre os super-ricos, como a proposta pelo Brasil no âmbito do G20, aos gastos militares e à indústria fóssil, usando as receitas para o investimento em ação climática;
  - Retirar subsídios bilionários hoje dados à indústria fóssil e direcioná-los à transição justa e à ação climática.
- Trazer uma definição de financiamento climático ou uma lista de exclusão, para garantir adicionalidade e evitar que recursos de outras rubricas sejam computados por países doadores como "climáticos".
- Tiver um ciclo de revisão quinquenal, como as NDCs, e for ajustada a cada período no sentido da maior ambição, informada pela ciência e pelos relatórios de necessidade e de transparência dos países, que deverão conter informações sobre a provisão e a mobilização de financiamento climático.

## 2. **Ambição**

O balanço global (GST-1) fez um chamado histórico às partes com o parágrafo 28 ao elencar uma série de medidas de redução de emissões para colocar o mundo em um caminho para limitar o aquecimento global a 1,5°C, o que inclui a transição dos combustíveis fósseis de maneira justa e equitativa e a triplicação da capacidade global de energia renovável até 2030. No entanto, testemunhamos ao longo de 2024 inúmeras tentativas de diminuir e até mesmo apagar esse importante passo. Por isso a COP29 deve ser um chamado para que os países entreguem a mudança necessária ao operacionalizar os compromissos previstos no GST em suas NDCs, principalmente de transição energética. Para tanto, os negociadores da COP29 devem encontrar espaço na agenda para levar adiante essas discussões, **pressionando por uma eliminação justa, rápida, completa e financiada dos combustíveis fósseis.**

Atualmente, o Programa de Trabalho em Mitigação (MWP) é o único item de agenda dedicado ao corte de emissões e a COP29 marca o fim do seu primeiro mandato de dois anos. Os diálogos globais temáticos estão sendo realizados, porém sem cumprir completamente o mandato para aumentar urgentemente a ambição pré-2030 em complementaridade ao GST. O marco dos dois anos pode ser uma oportunidade para isso, uma vez que um novo conjunto de copresidentes precisa ser acordado entre as partes em Baku.

Seria necessário que as partes concordassem também sobre uma revisão do mandato do MWP, redirecionado para conversas técnicas sobre a implementação dos resultados de mitigação do GST, especialmente os parágrafos 20 a 42 da decisão 1/CMA.5. As discussões técnicas nos diálogos globais e nos eventos focados em investimentos devem se concentrar na aceleração da ação desses compromissos globais, especialmente na eliminação gradual dos combustíveis fósseis – promovendo um segundo momento de discussão no tema energia, visto

que este foi o tema do programa em 2023. A decisão do MWP deve enviar mensagens de alto nível com foco na implementação e um possível indicador de sucesso poderiam ser parcerias setoriais financiadas que estejam alinhadas com os princípios da transição justa.

A [submissão do Brasil sobre o MWP](#)<sup>1</sup> do dia 30 de setembro parece ir nesse sentido e, por isso, apontamos aqui nosso apoio a ela e à liderança do Brasil no tema.

Ademais, é preciso garantir a pressão e orientar as partes durante a preparação de suas próximas NDCs, pois esse é o canal para implementar o Acordo de Paris. **Porém, faz-se necessário um lugar de acompanhamento político suplementar do texto da decisão do GST no âmbito da UNFCCC.** Esse espaço talvez possa ser o Diálogo dos Emirados Árabes Unidos. No entanto, devido às difíceis negociações na SB60, em Bonn, as modalidades do Diálogo dos Emirados Árabes Unidos não foram acordadas e não estão prontas para ser realizadas este ano. A COP29 deve apresentar as modalidades para o Diálogo e definir uma data em janeiro de 2025 para ter a chance de influenciar as próximas NDCs (que devem ser apresentados em fevereiro de 2025).

Por fim, **caso haja uma decisão de capa na COP29, é essencial que haja um chamado claro para que os países operacionalizem os compromissos do GST**, notadamente o de transição energética, nas NDCs para elas serem consideradas alinhadas à meta de 1.5.

### 3. Transição justa

O Programa de Trabalho para uma Transição Justa (JTWP) é o local ideal para discutir a dimensão de justiça da transição na seara internacional, mas, para que esse programa produza resultados para pessoas reais no mundo real, os diálogos e informações que estão ocorrendo precisam resultar em um Plano de Ação de Transição Justa a ser acordado até a COP30. Um Plano de Ação para uma Transição Justa poderia ter duas dimensões principais:

- Garantia de direitos e um entendimento compartilhado dos elementos de justiça que qualquer plano de transição justa deve conter. Isso poderia incluir ações como a previsão de salvaguardas para a Transição Justa e o estabelecimento de um órgão consultivo para a Transição Justa na UNFCCC que contasse com observadores como membros plenos.
- O lançamento de uma nova onda de cooperação internacional para fazer a transição justa acontecer, com iniciativas que poderiam incluir (i) o lançamento de financiamento dedicado para políticas de proteção social e baseadas na justiça em planos climáticos; (ii) um acordo sobre transferência de tecnologia limpa para apoiar a diversificação econômica; (iii) o lançamento de um diálogo sobre a transição justa nos sistemas alimentares, (iv) uma abordagem coesa para abordar os desafios da transição justa relacionados aos minerais críticos da transição energética.

---

<sup>1</sup> [https://www4.unfccc.int/sites/SubmissionsStaging/Documents/202409301208---MWP\\_view\\_Brazil.pdf](https://www4.unfccc.int/sites/SubmissionsStaging/Documents/202409301208---MWP_view_Brazil.pdf)

Para isso, é **essencial que a COP29 produza uma decisão sobre o JTWP para incorporar elementos acionáveis**, incluindo a intenção de lançar um Plano de Ação para a Transição Justa. Um resumo dos diálogos não será suficiente para responder à urgência do momento.

#### **4. Natureza**

As sinergias entre clima e natureza vêm sendo cada vez mais reconhecidas tanto pela ciência quanto politicamente. O GST reconheceu os benefícios de alinhar a ação climática com o arcabouço global de biodiversidade, mas a implementação disso ainda não tem um local definido sob a estrutura da UNFCCC.

Para conectar melhor essas agendas seria interessante a **criação de um programa de trabalho sobre clima e natureza** que ajude na operacionalização de decisões de COPs anteriores sobre soluções baseadas na natureza, das diretrizes do GST e que explore as sinergias entre planos de implementação dos regimes de clima e biodiversidade (NDCs, Epanbs e NAPs) para maximizar seus benefícios para a sociedade. O programa pode ser criado por uma decisão de capa na COP 29, com modalidades e formato a serem definidos em 2025 para adoção na COP30, mas é imperativo que garanta a participação de povos indígenas e comunidades locais, servindo também de legado da presidência brasileira.

Idealmente esse programa de trabalho terá objetivos finais ambiciosos, como por exemplo, eliminar as emissões decorrentes do uso da terra e degradação de ecossistemas até 2030 e estabelecer diretrizes para uma transição para longe dos modelos insustentáveis de produção de alimentos. O programa poderia seguir o formato de quatro workshops anuais com foco mais técnico e um componente político anual (mesa ministerial na COP para adoção de diretrizes ) com a duração de quatro anos, com uma decisão a ser tomada sobre a continuidade do grupo de trabalho. As conclusões subsidiarão o próximo GST.

#### **5. Adaptação**

A lacuna de financiamento para adaptação segundo o PNUMA (2024) é US\$ 187-359 bilhões anuais até 2030 e esse número deve ser atualizado até a COP29. Também deve ser publicado um relatório sobre o compromisso de dobrar o financiamento da adaptação. Ambos devem informar tanto a NCQG, quanto o Diálogo Ministerial de Alto Nível sobre o Financiamento da Adaptação na COP29 e ambos os processos devem responder à demanda de ampliar urgentemente o financiamento público para adaptação aos países em desenvolvimento com base nas necessidades atuais e estabelecer um roteiro claro para seu plano de entrega e implementação.

**A NCQG oferece uma oportunidade de vincular formalmente a provisão de financiamento climático ao cumprimento das metas**, fornecendo efetivamente os meios de implementação para isso. Já o diálogo ministerial de alto nível deve discutir maneiras de aumentar o financiamento para adaptação de acordo com as necessidades dos países identificadas nos NAPs, NDCs e na

submeta de adaptação da NCQG, além de encontrar fontes novas e adicionais de financiamento.

Na COP28, a Estrutura para a Meta Global de Adaptação exigiu que os países tivessem seus planos nacionais de adaptação (em inglês national adaptation plans, NAPs) até 2030, enquanto o GST instou as Partes a terem NAPs até 2025 e a progredirem em sua implementação até 2030. Esses diferentes cronogramas criaram uma confusão que precisa ser resolvida na COP29, com as partes concordando em alinhar os NAPs com o cronograma do GST para que a segunda rodada do GST, programada para 2028, possa servir como um momento de avaliação real do progresso da adaptação.

Outro item em discussão durante a reunião será o Programa de Trabalho Emirados Árabes Unidos-Belém. Há um roteiro preliminar para a compilação e o mapeamento de indicadores para rastrear as metas do GGA e o trabalho será inerentemente técnico, mas a decisão da COP29 deve articular um caminho a seguir, incluindo uma decisão clara sobre o resultado do Programa de Trabalho. As partes na COP29 precisam concordar com o modo de trabalho para gerar um progresso significativo durante o segundo ano, incluindo uma decisão clara sobre o resultado do Programa de Trabalho. Até agora as discussões têm se concentrado nas modalidades do programa de trabalho e o processo ainda não está claro. O trabalho do próximo ano possui um componente técnico elevado, mas para um resultado proveitoso em Belém o processo precisa facilitar o diálogo entre negociadores e especialistas técnicos. Além disso, a quantidade de indicadores apresentados pelas partes e por atores não estatais (5.000) cria um desafio adicional que precisa ser considerado.

Por isso seria benéfico se a COP29:

- Instasse todas as partes (desenvolvidas e em desenvolvimento) a formular ou atualizar seus NAPs até 2025 alinhados às NDCs e ao cronograma do GST.
- Instasse as partes a avaliar, atualizar e alinhar os NAPs atuais com as onze metas do GGA, integrando raça e gênero, e acelerar a atualização das diretrizes técnicas de acordo com as disposições do parágrafo 47 da Decisão 2/CMA5.
- Reconhecesse a necessidade de estabelecer um item permanente na agenda sobre a meta global de adaptação para elevar a atenção política à adaptação e integrar os itens da agenda de adaptação.
- Identificar e incluir linguagem sobre meios de implementação, especialmente sobre finanças com metas e indicadores no Programa de Trabalho Emirados Árabes Unidos-Belém.
- As partes também devem concordar com o plano de trabalho para 2025 para garantir que possamos operacionalizar totalmente o GGA até a COP30 e que o resultado deste inclua um conjunto de indicadores associados às metas.
- O processo de desenvolvimento de novos indicadores deve ser projetado de maneira intencionalmente inclusiva e transparente, garantindo espaço para a contribuição de atores não tradicionais,

incluindo organizações de base e comunidades afetadas, dando protagonismo ao conhecimento tradicional.

## 6. Perdas e Danos

É urgente um comprometimento claro dos países desenvolvidos de aumentar o financiamento público para lidar com perdas e danos. **As negociações da NCQG devem, portanto, entregar uma sub-meta separada de financiamento público para perdas e danos.** Além disso, a COP29 deve avançar na operacionalização do Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD), inclusive abordando a capitalização, o acesso ao financiamento para os Povos Indígenas, as comunidades da linha de frente, as OSCs locais e todos os grupos que sofrem marginalização, além de avançar sobre que atividades serão financiadas.

## 7. Artigo 6

A completa operacionalização do artigo 6º do Acordo de Paris é uma das prioridades da presidência da COP29, depois da falta de acordo em Dubai e na última discussão sobre o tema, em Bonn, no meio do ano. Mas qualquer resultado na COP29 sobre os artigos 6.2 e 6.4 precisa garantir a transparência e a integridade ambiental, a proteção dos direitos humanos por meio de rigorosas salvaguardas sociais e ambientais e a previsão de processos de revisão eficazes.

Em relação ao art. 6.2, o OC espera que as partes concordem com um formulário padronizado obrigatório que forneça informações prévias claras e detalhadas sobre abordagens cooperativas bem antes da primeira transferência dos ITMOs e com medidas claras e significativas para identificar e corrigir inconsistências, incluindo opções que congelem, suspendam, cancelem e substituam ITMOs no caso de inconsistências repetidas sobre aspectos relacionados a direitos humanos. Também é necessário que as partes concordem com um mandato para o SBSTA estabelecer um mecanismo independente de reparação de queixas para os povos indígenas, bem como para outros detentores de direitos que possam ser afetados pelas atividades do Artigo 6.2.

Para o Artigo 6.4, o OC espera que as partes sejam coerentes com as decisões do art. 6.2, que nenhuma revisão ou revogação deve ser feita na autorização de “créditos” do 6.4 (A6.4ERs) já transferidos ou usados e que analisem cuidadosamente as recomendações preliminares para requisitos metodológicos e atividades de remoção preparadas pelo Órgão Supervisor do Artigo 6.4. Os requisitos devem ir além do “business as usual” e garantir consultas inclusivas e processos de reclamação e apelação.

Lembramos também a necessidade de acelerar a implementação de abordagens não mercadológicas previstas no artigo 6.8 ao priorizar a identificação de áreas de foco.

## 8. Direitos humanos e segurança

A COP de Baku está sendo chamada de "COP da Paz" por apresentar, entre as 14 iniciativas da *Action Agenda*, o chamado *COP Truce Appeal*, que busca um acordo



voluntário entre os países para uma trégua nas guerras hoje travadas no mundo durante o período da COP. Como tudo mais na Action Agenda, a proposta não é negociada – a adesão a ela é voluntária.

Talvez o chamado seja atendido pelo próprio Azerbaijão, que trava desde os anos 1980 uma disputa com a vizinha Armênia pela região do Alto Carabaque (Nagorno-Karabakh) e no ano passado expulsou mais de 100 mil armênios do território. Baku pôde ser escolhida como sede da COP no ano passado porque a Armênia, mesmo com a guerra, não se opôs à indicação do Azerbaijão. Segundo o governo azeri, o acordo de paz com os vizinhos está “80% concluído”. Dificilmente, porém, Israel atenderá ao apelo da COP do clima para parar o massacre em Gaza e no Líbano, onde já atacou até o QG das Nações Unidas.

No que se refere aos direitos humanos e à segurança dentro de casa, o apelo à paz tampouco encontra eco. Nos últimos meses, o governo do ditador Ilham Aliyev tem reprimido jornalistas e ativistas que se opõem ao regime. A comunidade internacional pressiona o governo para que faça um pronunciamento público sobre suas obrigações de garantir a proteção dos direitos humanos e a segurança de todos os delegados presentes na COP, além de assinar o acordo de paz com a Armênia e libertar os presos políticos do país. Também se pede que todos os acordos de país anfitrião (*Host Country Agreements*) com a UNFCCC sejam tornados públicos para a sociedade civil e respeitem o direito internacional dos direitos humanos.

## **O esperamos do Brasil em Baku:**

Os olhos do mundo estarão sobre o governo brasileiro na COP29. O Brasil será o próximo presidente de COP e atribuiu a si mesmo a tarefa de liderar o mundo "pelo exemplo", como declarou no ano passado em Dubai o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Brasil liderou a formação de uma troika (trio) de presidências de COP para entregar a chamada "Missão 1.5", uma articulação para que os países tornem suas NDCs compatíveis com a meta de limitar o aquecimento global em 1.5°C, como preconiza a decisão do Balanço Global.

Na COP29, o Observatório do Clima espera que o Brasil de fato exerça essa liderança pelo exemplo, o que será vital para garantir o sucesso da COP30. Indicadores importantes disso serão:

- **O papel do Brasil na manutenção da unidade do G77** em torno da meta de financiamento – público e na casa do trilhão de dólares ao ano –, driblando os esforços dos países ricos para dividir o bloco.
- **O esforço do Brasil para fechar a NCQG em Baku**, evitando misturar a meta de financiamento com o debate mais amplo em torno do artigo 2.1c ("alinhar fluxos financeiros" de modo a torná-los compatíveis com o objetivo do Acordo de Paris), a ser travado em Belém em 2025.
- **A apresentação, pelo Brasil, de uma NDC compatível com a responsabilidade e a capacidade do país** e propondo, em linha com o GST e com os cenários da Agência Internacional de Energia, o fim da expansão da produção de combustíveis fósseis.

- **O aumento da ambição da meta para 2030**, em linha com o chamado do GST para que todos os países o façam, sob pena de não atingirmos a redução de 43% nas emissões até aquele ano que a ciência determinou ser necessária para permitir a neutralidade e carbono em 2050, aproveitando o ensejo da apresentação da nova NDC brasileira com metas para 2035.
- **A defesa do legado da COP28**, fazendo propostas para a implementação das decisões do GST, inclusive seu artigo 28d, sobre a eliminação gradual dos combustíveis. É preciso que o tema encontre um locus de negociação na COP29 – por exemplo, numa decisão de capa criando um processo ou plano de trabalho, ou, seguindo a submissão do Brasil, no próprio MWP, desde que seu mandato seja revisto – e seja um item de agenda fundamental da COP30, incluindo um calendário para a transição de acordo com a diferenciação necessária para atender ao princípio das CBDR e medidas de apoio financeiro para transição justa aos países em desenvolvimento com indústrias fósseis domésticas.
- O envolvimento do Brasil numa coalizão de países em favor das Taxas Globais de Solidariedade, criadas por Quênia, França e Barbados em 2023 e com propostas mirando a COP30.
- A Cúpula de Líderes do G20, que acontecerá simultaneamente à COP29 sob a presidência brasileira, deverá criar o terreno apropriado para o resultado ambicioso que se espera de Baku. Isso inclui sinalizações importantes das maiores economias sobre a implementação do GST e a eliminação dos combustíveis fósseis e seus subsídios, NDCs alinhadas à meta do 1,5°C e enraizadas na justiça climática.
- Espera-se do G20 também, e principalmente, sinalizações sobre o financiamento climático, ao reconhecer a centralidade do financiamento público, novo e adicional e não indutor de dívida, ao mesmo tempo que indica o papel que o setor privado deve desempenhar para garantir uma transição energética justa. Precisamos de sinalizações para um acordo sobre um roteiro para alinhar o setor financeiro com o 1,5C e mobilizar o financiamento do setor privado para investimentos verdes para longe dos investimentos intensivos em carbono, de acordo com uma transição justa para todos.
- Sob liderança do Brasil, o G20 deu um passo decisivo para taxar os super-ricos. O comunicado final do grupo deve se comprometer a aumentar os esforços de taxação progressiva de indivíduos, especialmente os bilionários, e ressaltar a necessidade de dar continuidade a esse processo em 2025, sob a presidência da África do Sul, em diálogo com a Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária, em negociação.
- O Brasil, como país megadiverso e sede da próxima de COP na região amazônica, deve apoiar a promoção de sinergias, integração e alinhamento entre as Convenções do Rio, trazendo resultados e discussões da COP16 da CBD para a COP29.

## **O que esperamos do Brasil dentro de casa:**

- Que o Executivo se articule no Congresso para impedir a aprovação de projetos de lei que afrontam a proteção social, ambiental e climática,

como o substitutivo da senadora Tereza Cristina ao PL 2.159 (licenciamento ambiental) e os PLs da grilagem (2.633/510).

- Que o governo federal reveja o licenciamento nulo do trecho do meio da rodovia BR-319, adotando salvaguardas hoje inexistentes que condicionem a pavimentação a medidas prévias de ordenamento territorial, proteção ambiental e controle do desmatamento.
- Que evite que o PL do mercado de carbono seja sancionado para possibilitar projetos de REDD+ sem salvaguardas e sem supervisão da Conaredd, o que implodiria a integridade ambiental do carbono florestal e ocasionaria dupla contagem; além disso, impeça que atividades não reguladas possam ter direito a vender créditos de carbono sem salvaguardas, sem adicionalidade e sem supervisão.
- Na montagem do Plano Clima Mitigação, que dará origem à NDC, o Brasil deverá:
  - Incluir explicitamente o compromisso com desmatamento zero legal e ilegal até 2030, conforme declarações do Presidente da República e seguindo o parágrafo 34 da decisão 1/CMA.5.
  - Limitar o uso de falsas soluções como CCS e CCUS como maneira de cumprir a meta no setor de energia.
  - Incluir o fim da expansão da produção de combustíveis fósseis.

